ISSN: 2358-8829

PERCEPÇÕES FAMILIARES SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EXPERIÊNCIAS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE ASSÚRN

Verônica Dantas de Araújo [1]

INTRODUÇÃO

Historicamente, a escolarização de estudantes com deficiência esteve marcada por processos de exclusão que refletiam concepções sociais baseadas em preconceitos e interpretações limitadas acerca das capacidades desses sujeitos. Durante muitos anos, as pessoas com deficiência foram afastadas do convívio social e educacional, sendo frequentemente encaminhadas para instituições segregadas ou privadas do acesso à educação formal.

No contexto brasileiro, essa realidade começou a sofrer transformações significativas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 reforçou o compromisso com a inclusão educacional, reconhecendo a necessidade de garantir o atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Nesse cenário de transformações políticas e sociais, a educação inclusiva passou a ocupar um espaço central nas discussões educacionais contemporâneas, orientando a reorganização das práticas pedagógicas e das instituições escolares. A inclusão escolar pressupõe não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de condições que favoreçam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), compreendido como um serviço pedagógico complementar ou suplementar ao ensino regular, destinado a promover condições de acesso ao currículo e favorecer a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

Entretanto, para que a inclusão escolar se efetive de maneira significativa, torna-se fundamental compreender o papel da família no processo educacional. A participação familiar constitui um elemento essencial para o desenvolvimento dos estudantes, uma vez que a relação

[1] Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO/IFRN, veronik.uern@gmail.com;

ISSN: 2358-8829

entre escola e responsáveis contribui para fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as percepções de familiares de estudantes atendidos no AEE em uma escola pública da rede municipal de ensino de Assú/RN, buscando compreender de que maneira esse atendimento tem contribuído para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de narrativas autobiográficas de familiares de estudantes atendidos no Atendimento Educacional Especializado. A escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela possibilidade de compreender as experiências vivenciadas pelos sujeitos diretamente envolvidos no processo de inclusão escolar.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública localizada na zona urbana do município de Assú/RN, instituição que atende estudantes da educação básica e que dispõe do serviço de AEE por meio da sala de recursos multifuncionais.

Participaram do estudo três mães de estudantes atendidos no AEE, identificadas neste trabalho como Mãe 1, Mãe 2 e Mãe 3. Cada participante representa uma etapa distinta da escolarização: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Essa diversidade permitiu compreender diferentes experiências relacionadas ao processo de inclusão escolar ao longo da trajetória educacional dos estudantes.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, instrumento amplamente utilizado em pesquisas qualitativas por possibilitar maior flexibilidade na condução do diálogo e permitir que os participantes expressem suas percepções de forma mais livre e aprofundada.

As entrevistas foram gravadas mediante autorização das participantes, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica. Posteriormente, os relatos foram transcritos e analisados à luz do referencial teórico da educação inclusiva, possibilitando a identificação de categorias analíticas relacionadas às percepções familiares sobre o AEE.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei n° 9.394/1996, fixa que a educação especial enquanto modalidade escolar, deve ser ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Essa legislação pontua, em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as necessidades dos estudantes público dessa modalidade.

Ressalta ainda a necessidade de professores com formação adequda para o atendimento especializado e docentes do ensino regular aptos para atuar com essa demanda. Dessa maneira, a LDB sinaliza a relevância de uma educação inclusiva que não seja restrita apenas ao acesso, visto que quando se consolida apenas o acesso, isso é apenas integração. A inclusão de fato, só é possível na prática quando se contempla condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem, respeitando as particularidades dos estudantes e promovendo a igualdade de oportunidades educacionais (Brasil, 1996).

Essa perspectiva dialoga com o que prevê a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos do público, orientando os sistema de ensino acerca da garantia de acesso ao ensino regular, incluindo participação, aprendizagem e continuidade, transversalidade da educação especial em todas as etapas e modalidades, oferta de atendimento educacional especializado, formação de professores para esse atendimento e demais profissionais da educação inclusiva, participação da família e comunidade, acessibilidade de modo geral e articulação intersetorial para a implementação de políticas (Brasil, 2008).

É preciso sinalizar que em ambas as normativas está prevista a garantia da oferta de atendimento educacional especializado, constituindo e reforçando a necessidade da complementação e suplementação do ensino regular e não como substituição a ele colaborando assim para que os sistemas de ensino se tornem mais inclusivos e possam promover aos estudantes público possibilidades para a formação em sua integralidade.

Nesse viés, a família se coloca como elemento indispensável para pensar e conceber os processos inclusivos na prática, a PNEEPEI (Brasil, 2008) reforça esse entendimento, pois para que o ensino possa ser de fato colaborativo a família não pode ser um elemento a parte, distanciado da escola, é preciso que esteja em consonância em prol do aprendizado, participação e desenvolvimento dos estudantes.

A família constitui o primeiro espaço de socialização do indivíduo, desempenhando papel fundamental na formação de valores, comportamentos e experiências que influenciam o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a participação familiar no processo educacional

ISSN: 2358-8829

representa um elemento essencial para o fortalecimento das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar.

De acordo com Boarini (2003), a família é uma instituição social que se transforma ao longo do tempo, acompanhando as mudanças culturais, econômicas e políticas da sociedade. Essas transformações também influenciam a forma como os responsáveis participam da educação de seus filhos e se relacionam com a escola.

No campo da educação inclusiva, a parceria entre família e escola torna-se ainda mais relevante. Glat e Pletsch (2011) afirmam que a inclusão escolar exige a construção de redes de colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo professores, gestores, familiares e profissionais especializados.

Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003, p. 34) pontua que,

> Uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue: aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar.

A citação da autora releva a importância de um conjunto de elementos indispensáveis ao contexto de escola que se distingue em qualidade por ser um exemplo para uma sociedade mais evoluída e humana, a parceria com as famílias e a comunidade é uma delas, principalmente considerando a necessidade e a pertinência de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nesse contexto, o AEE surge como uma estratégia pedagógica que busca promover condições mais equitativas de aprendizagem para estudantes com necessidades educacionais específicas. Conforme estabelecido pela PNEEPEI (Brasil, 2008), o AEE tem como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar barreiras à participação dos estudantes.

Entretanto, a efetividade desse atendimento depende não apenas da atuação dos profissionais da educação, mas também da participação ativa das famílias no acompanhamento do processo educativo. Quando a relação entre escola e família se estabelece de forma colaborativa, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. A esse respeito, Duk (2006, p. 191-192) ressalta,

> Outra tarefa a ser assumida pelas equipes escolares e docentes e que pode contar com o apoio de especialistas diz respeito ao envolvimento das famílias na escolarização das crianças. É importante incentivar a participação dos pais e mães no processo de ensino e aprendizagem porque constituem uma fonte de apoio e colaboração de enorme potencial para todos os envolvidos. Assim, é fundamental que os pais e mães

ISSN: 2358-8829

> sejam informados sobre os objetivos da aprendizagem, bem como dos progressos obtidos e das diversas decisões adotadas relativamente à sua participação e à aprendizagem na sala de aula. Para tanto, é primordial que os familiares sejam acolhidos e ouvidos pelos membros da escola e também que encontrem espaços para participarem. A coordenação e a aplicação de critérios comuns entre profissionais de apoio e professore(a)s é fundamental para que se construa uma relação positiva, de colaboração com os pais.

Dessa forma, estabelecer uma conexão entre família e escola é extremamente importante para o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem. Quando refere-se ao público da educação especial e inclusiva, esse parceira se torna ainda mais pertinente e necessária visualizando o melhor para o estudante. A escola precisa ser também esse espaço em que a família se sente acolhida ao mesmo tempo em que a família precisa está alinhada a escola em prol da formação do seu estudante com necessidades específicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das narrativas das participantes evidencia que o AEE tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento dos estudantes atendidos na escola investigada. As falas das mães revelam percepções positivas em relação ao atendimento oferecido, destacando avanços observados no comportamento, na comunicação e na aprendizagem dos alunos.

A Mãe 1, responsável por uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista, destacou que o espaço do AEE tem sido fundamental para o desenvolvimento da filha, ressaltando que o atendimento contribuiu para ampliar suas habilidades de comunicação e socialização. Segundo a participante, a criança demonstra entusiasmo ao participar das atividades propostas na sala de recursos, reconhecendo o ambiente como um espaço de aprendizagem e acolhimento.

O relato da Mãe 1 é corroborado por Mantoan (2003, p. 38) quando explica que “o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.”. Desse modo, para que as aprendizagens se desenvolvam é necessário valorizar as potencialidades do estudante, pois assim ele irá se sentir acolhido e parte do processo, sendo significativo participar daquele momento pedagógico como pontuado pela responsável.

Nessa mesma linha, Duk (2006, p. 172) elucida que

ISSN: 2358-8829

> O aprendiz constrói significados a partir dos conteúdos de aprendizagem, a partir de interações, nas quais o(a)s docentes têm um papel essencial uma vez que é a ação do professor(a) na classe que determinará se o aluno(a) aprende (ou não) de forma significativa.

Essa percepção evidencia que o AEE pode funcionar como um ambiente pedagógico que favorece a construção de vínculos afetivos entre estudantes e professores, aspecto fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais. Conforme discutido na literatura sobre educação inclusiva, a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando o estudante se sente acolhido e motivado no ambiente escolar.

A Mãe 2 relatou que o filho, diagnosticado com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, apresentou melhorias consideráveis na concentração e na organização das atividades escolares após iniciar o atendimento especializado. Segundo a participante, o estudante passou a demonstrar maior interesse pelas tarefas propostas na escola, refletindo avanços no desempenho acadêmico.

Esse relato evidencia que o AEE pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos estudantes, favorecendo a construção de processos de aprendizagem mais significativos. Segundo Duk (2006, p. 175)

> Na prática inclusiva o modo como se organiza o ensino é determinante para que todos os aluno (a) s construam aprendizagens significativas e participem o máximo possível das atividades da sala de aula. Muitas das dificuldades vividas pelos aluno (a) s no processo de aprendizagem derivam da maneira como o professor(a) organiza este processo, das metodologias que utiliza, dos materiais, dos critérios e procedimentos de avaliação etc.

Na perspectiva da autora em consonância com o relato da Mãe 2, nota-se o quanto as escolhas metodológicas colaboram para um melhor desempenho e interesse do estudante a depender de como elas são planejadas e sua intencionalidade pedagógica. Estratégias que tornam a aprendizagem significativa para o aluno tendem a ter um impacto positivo e instigar o seu interesse.

Por sua vez, a Mãe 3 destacou que o atendimento especializado tem contribuído para o fortalecimento da autonomia da filha, possibilitando avanços na comunicação e na interação social. De acordo com a participante, a estudante demonstra maior confiança ao compartilhar com a família os conteúdos aprendidos durante as atividades realizadas no AEE.

Essas percepções reforçam a importância do Atendimento Educacional Especializado como um espaço pedagógico que promove não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o fortalecimento da autoestima e da autonomia dos estudantes.

ISSN: 2358-8829

Entretanto, as narrativas também evidenciam que a consolidação da educação inclusiva exige um esforço coletivo que envolve diferentes atores sociais. A participação da família no acompanhamento das atividades escolares constitui um elemento fundamental para fortalecer o processo educativo e ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Nesse sentido, as análises realizadas neste estudo corroboram as discussões presentes na literatura sobre educação inclusiva, que enfatizam a importância da colaboração entre escola e família para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Desse modo, conforme Mantoan (2003, p. 20) "O direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das percepções familiares acerca do AEE evidencia que esse serviço desempenha papel fundamental na promoção da educação inclusiva. As narrativas das participantes revelam que o AEE tem contribuído para avanços significativos no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes atendidos na escola investigada.

Os relatos das mães demonstram que o atendimento especializado possibilita a construção de estratégias pedagógicas mais individualizadas, capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante. Ao considerar as singularidades dos alunos, o AEE contribui para ampliar as oportunidades de aprendizagem e favorecer o desenvolvimento da autonomia e da participação no ambiente escolar.

Entretanto, as discussões apresentadas ao longo do estudo também evidenciam que a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios importantes no contexto educacional brasileiro. Entre esses desafios destacam-se a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas à educação especial, ampliar os recursos pedagógicos disponíveis nas escolas e investir na formação continuada dos profissionais da educação.

Além disso, torna-se fundamental fortalecer a relação entre escola e família, promovendo espaços de diálogo que possibilitem a construção de práticas pedagógicas mais colaborativas. Quando a família participa ativamente do processo educacional, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes e fortalecem-se as ações voltadas à inclusão escolar.

Nesse sentido, este estudo também abre espaço para a realização de novas investigações que aprofundem a compreensão acerca das percepções familiares sobre o AEE. Pesquisas futuras podem contribuir para analisar de maneira mais detalhada os impactos desse atendimento na trajetória escolar dos estudantes, bem como investigar as estratégias pedagógicas que têm sido utilizadas nas salas de recursos multifuncionais.

Assim, ao evidenciar as experiências e percepções das famílias, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento das discussões acadêmicas no campo da educação inclusiva, destacando a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOARINI, M. L. **Família e sociedade:** um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 26 out. 2026.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade:** material de formação docente. 3. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.